



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular 2019-2020

Curso de Mestrado em Direito e prática jurídica
Especialidade de Direito administrativo e Administração pública

Unidade curricular

Direito da Contratação Pública – TURMA B

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Ana Gouveia e Freitas Martins/ 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O objetivo da disciplina consiste em proporcionar aos alunos um conhecimento vasto e sólido do regime da contratação pública e do regime substantivo dos contratos administrativos, com particular incidência na nova disciplina legal introduzida pela revisão do Código dos Contratos Públicos de modo a que possam estar aptos a lidar com as principais questões jurídicas suscitadas, fornecendo-lhes um quadro teórico de referência com uma forte componente prática

Conteúdos programáticos

- I. Enquadramento geral do regime da contratação pública:* breves apontamentos sobre a evolução nacional, internacional e comunitária do regime da contratação pública e relevância do tema
- II. Âmbito de aplicação do CCP*
 1. Âmbito objectivo e subjectivo
 2. Exclusões do regime do CCP e exclusões do regime da contratação pública. Em especial, a transferência ou delegação de poderes e responsabilidades públicas *versus* parcerias público-públicas *versus* contratação *in house* e as empresas associadas nos sectores especiais. O regime da contratação excluída. A extensão do âmbito aplicativo.
- III. Tipos de procedimentos pré-contratuais e critérios de escolha*
 1. O novo procedimento de consulta prévia e o ajuste directo
 2. O novo procedimento de parceria para a inovação. Delimitação face ao procedimento de negociação e diálogo concorrencial
 3. O concurso público e o concurso limitado
 4. Procedimentos especiais: procedimentos pré-contratuais de contratos públicos de serviços sociais e de outros serviços específicos, catálogos eletrónicos, sistemas de aquisição dinâmicos e acordos quadro.
- IV. Tramitação geral dos procedimentos pré-contratuais*
 1. A preparação dos procedimentos: o planeamento da contratação, as consultas preliminares, a decisão de contratar e a divisão em lotes
 2. Preço base, especificações técnicas, rótulos específicos e relatórios de ensaio e certificados, contratos reservados e documento europeu único da contratação pública.
 3. Regime dos esclarecimentos, rectificação e alteração das peças procedimentais. Responsabilidade por prestações complementares
 4. Impedimentos e causas de relevação dos impedimentos; causas de exclusão de propostas, em especial, preço ou custo anormalmente baixo.
 5. Regime de esclarecimentos e suprimento de propostas e candidaturas
 6. Critérios de adjudicação e modelos de avaliação de propostas
 7. Decisão de não adjudicação e caducidade da adjudicação.
- V. Tramitação específica*
 1. Regime da consulta prévia e do ajuste directo
 2. Regime do concurso público, do concurso limitado e do concurso de concepção.
 3. Regime da parceria para a inovação, procedimento por negociação e diálogo concorrencial.
 4. Procedimentos pré-contratuais de contratos públicos de serviços sociais e de outros serviços específicos. Os



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

contratos com forte componente de inovação.

VI. Regime substantivo dos contratos administrativos

1. Âmbito aplicativo e linhas gerais do regime substantivo dos contratos administrativos: extensão aos contratos públicos e contratos interadministrativos em especial.
2. Novidades: liberação da caução, fatura eletrónica e gestor do contrato.
3. A modificação objetiva dos contratos em geral. A modificação nos contratos de empreitada, concessões e aquisição de serviços
4. Cessão da posição contratual, subcontratação e outras formas de transmissão das obrigações contratuais
5. Invalidez dos contratos
6. Extinção dos contratos
7. Incumprimento dos contratos

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As temáticas integrantes do conteúdo programático são adequadas à prossecução dos objetivos subjacentes à presente unidade curricular ao disponibilizarem e fomentarem a divulgação e aprofundamento das questões e temáticas mais recentes do regime da contratação pública e do regime substantivo dos contratos administrativos

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Metodologias de ensino

As aulas serão teórico-práticas, implicando por isso, a par de uma exposição teórica inicial feita pela regente, a participação informada e construtiva dos alunos. Para o efeito, serão disponibilizados os elementos bibliográficos e jurisprudenciais necessários ao acompanhamento da matéria para cada aula de modo a promover a discussão e a análise crítica dos elementos previamente estudados. Os estudantes serão também convidados a aprofundar determinados temas, elaborando sobre os mesmos trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo que serão posteriormente apresentados nas aulas e que poderão servir de base para a ulterior elaboração do relatório escrito.. Serão ainda realizados debates nas aulas sobre os temas mais controversos e sensíveis relativos às matérias constantes do programa

. **A avaliação** assenta nos seguintes elementos:

- Apresentação oral de temas do programa e intervenção nas aulas e em debates (25%);
- Relatório escrito (25%);
- Exame escrito (50%)

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino, baseadas na exposição, aprofundamento e debate de temas visam estimular a investigação, o espírito crítico e a construção dogmática e são aptas a lançar pistas de investigação para os alunos desenvolverem, preparando-os para a feitura da tese de mestrado

- a) A realização de exposições temáticas procura aperfeiçoar as capacidades orais de apresentação de temas em público;
- b) A intervenção nas discussões, questionando, problematizando e criticando, visa desenvolver o espírito crítico e as capacidades de reação argumentativa e contra-argumentativa;
- c) Os trabalhos escritos, em termos complementares, visam desenvolver a forma de expressão de ideias e o aprofundamento fundamentador de posições assumidas, habilitando a introdução de técnicas metodológicas que permitam aos alunos apresentar a dissertação de mestrado

Bibliografia principal

Código dos contratos públicos após a revisão de 2017

AAVV, *Comentários à revisão do Código dos Contratos Públicos*, AAFDL editora, 2018.

AAVV, *Revista de direito administrativo*, AAFDL editora (vários números)

AAVV, *Revista dos contratos Públicos*, Cedipre, Almedina, n.º 15 e segs.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ALMEIDA, MÁRIO AROSO de, *O problema do contrato administrativo*, Almedina, Coimbra, 2018.

GONÇALVES, PEDRO, *Direito dos Contratos Públicos*, 3ª edição, Vol. I, Coimbra: Almedina, 2018.

Sobre as Directivas de 2014 e o anteprojecto do CCP:

AAVV, *Revista dos contratos Públicos* (direcção PEDRO GONÇALVES) Cedipre, Almedina, n.º 11 a 14, que abordam em especial a reforma europeia da contratação pública.

AMARAL E ALMEIDA, JOÃO/FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, PEDRO, *Comentários ao anteprojecto de revisão do Código dos Contratos Públicos* (agosto 2016). Regime da contratação pública, Lisboa, 2016 (e-book disponível online em acesso livre).

CALDEIRA, MARCO, "Breves reflexões sobre a transposição das directivas de contratação pública de 2014: precisaremos de um novo código dos contratos públicos?", E-pública revista electrónica de direito público, n.º 5, 2015 (revista disponível on line com acesso livre)

ESTORNINHO, MARIA JOÃO (Coord.), *A transposição das directivas europeias de 2014 e o Código dos Contratos Públicos*, Lisboa, 2016 (e-book disponível online em acesso livre).

ESTORNINHO, MARIA JOÃO/GOUVEIA MARTINS, ANA, *Atas da Conferência – A Revisão do Código dos Contratos Públicos*, Lisboa, 2016 (e-book disponível online em acesso livre).

GONÇALVES, PEDRO/MARTINS, LICÍNIO (Coord.), *Relatório de análise e de reflexão crítica sobre o Anteprojecto de Revisão do Código dos Contratos Públicos*, Grupo de Contratação Pública do CEDIPRE ((e-book disponível online em acesso livre).

RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS, "Primeira análise das novas directivas (Parte I)", *Revista de Contratos Públicos*, (9), 2013 (mas 2015), pp. 5 ss., e Parte II (10), 2014 (mas 2015), pp. 131 ss..

Sobre o CCP de 2008 :

AAVV, *Revista dos contratos Públicos*, Cedipre, Almedina, desde 2011 (n.º 1 a 14)

AMARAL E ALMEIDA, JOÃO/FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, PEDRO, *Temas de Contratação Pública*, Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

CUNHA RODRIGUES, NUNO, *A contratação pública como instrumento de política económica*, Coimbra: Almedina, 2013.

ESTEVES DE OLIVEIRA, MÁRIO/ESTEVES DE OLIVEIRA, RODRIGO, *Concursos e outros procedimentos de contratação pública*, Coimbra: Almedina, 2011.

ESTORNINHO, MARIA JOÃO, *Curso de Direito dos Contratos Públicos. Por uma contratação pública sustentável*, Coimbra: Almedina, 2012.

LEITÃO, ALEXANDRA, *Contratos interadministrativos*, Coimbra: Almedina, 2012.

LEITÃO, ALEXANDRA, *Lições de Direito dos Contratos Públicos*. Parte Geral, 2ª ed., Lisboa: AAFDL, 2015.

GONÇALVES, PEDRO (Org.), *Estudos de Contratação Pública* (vol. I, 2008; vol. II, 2010; vol. III, 2010; vol. IV, 2013), Coimbra: Coimbra Editora/CEDIPRE.

GONÇALVES, PEDRO, *Direito dos Contratos Públicos*, Coimbra: Almedina, 2015.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS, *A formação dos contratos públicos. Uma concorrência ajustada ao interesse público*, Lisboa: AAFDL, 2013.

REBELO DE SOUSA, MARCELO/SALGADO DE MATOS, ANDRÉ, *Direito Administrativo Geral, Tomo III - Actividade administrativa*, 2ª ed., Lisboa: D. Quixote, 2009.

VILHENA DE FREITAS, LOURENÇO, *Direito dos Contratos Públicos e Administrativos*, Lisboa: AAFDL, 2014.

Bibliografia estrangeira sobre contratos públicos no Direito da União europeia:

ARROWSMITH, SUE, *The Law of Public and Utilities Procurement. Regulation in the EU and UK*, Vol. I, London: Sweet and Maxwell, 2014.

CARANTA, ROBERTO, "The Changes to the Public Contract Directives and the Story They Tell About How EU Law Works", *Common Market Law Review*, 52, 2015, pp. 391 ss.

FALLE, JAMES, "Hamburg again: shared services and public sector cooperation in the case of Technische Universität Hamburg-Harburg v Datenlotsen Informationssysteme GmbH", *Public Procurement Law Review*, (5), 2014, NA123NA132.

FAUSTINO, PAULA BORDALO, "Award criteria in the new EU Directive on public procurement", *Public Procurement Law Review*, (3), 2014, pp. 124-133.

PIGA, GUSTAVO/TREUMER, STEEN (Eds.), *The Applied Law and Economics of Public Procurement*, London/New York, 2013.

PRIESS, HANS-JOACHIM, "The rules on exclusion and self-cleaning under the 2014 Public Procurement Directive", *Public Procurement Law Review*, (3), 2014, pp. 112-123.

RACCA, GABRIELLA M./YUKINS, CHRISTOPHER (Eds.), *Integrity and Efficiency in Sustainable Public Contracts*, Bruxelles, 2014.

RAZQUIN LIZARRAGA, MARTÍN MARIA, "Las nuevas directivas sobre contratación pública de 2014: aspectos clave y propuestas para su transformación en España", *Revista de Administración Pública*, (196), 2015, pp. 97 ss.

RISVIG HAMER, CARINA, "Regular purchases and aggregated procurement: the changes in the new Public Procurement Directive regarding framework agreements, dynamic purchasing systems and central purchasing bodies", *Public Procurement Law Review*, (4), 2014, pp. 201-210.

SJAFJELL, BEATE/WIESBROCK, ANJA (Eds.), *Sustainable Public Procurement Under EU Law*, Cambridge, 2016.

SKOVGAARD OLYKKE, GRITH/SÁNCHEZ-GRAELLS, ALBERT (Eds.), *Reformation or Deformation of the EU Public Procurement Rules*, London, 2016.

TREUMER, STEEN, "Contract changes and the duty to retender under the new EU public procurement Directive", *Public Procurement Law Review*, (3), 2014, pp. 148 ss.